



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

146^a REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CNPS

Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", 9º andar, Sala 902
Brasília – DF
27 de agosto de 2008

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 146ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 27 de agosto de 2008

LOCAL: Ministério da Previdência, 9ª andar, sala 902

I – PRESENÇAS

Representações do Governo

MPS – Helmut Schwarzer

MPS – João Donadon

MPS – Carlos Eduardo Gabas

MF – Felipe Augusto Trevisan Ortiz

MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

SRP – Adélia Martins da Matta

Representações dos aposentados e pensionistas

SINTAP – Epitácio Luiz Epaminondas

CENTRAPE – Edmundo Beneditti Filho

COBAP – Josepha Theotônia de Britto

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

SINDNAP – Luiz Antônio Adriano da Silva

Representações dos trabalhadores em atividade

CUT – Maria Júlia Reis Nogueira

CONTAG – Evandro José Morello

SDS – Wagner José de Souza

Representação dos empregados

CNI – Marco Antônio Reis Guarita

CNF – Jorge Higashino

Convidados

DATAPREV – Celecino de Carvalho

CSPB – Diva Ferreira

CNM – Laíze P. X. Palhano

Ausências

MPS – Ricardo Pena Pinheiro

MF – Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo

INSS – Benedito Adalberto Brunca

INSS – Marco Antônio de Oliveira

IPEA – Fernando Gaiger

COBAP – Benedito Marcílio Alves da Silva

FORÇA SINDICAL – Nilson Santos Bahia

CGT – Carlos Alberto dos Reis

CONTAG – Alessandra da Costa Lunas

CNC – Roberto Nogueira Ferreira

CNM – Paulo Roberto Ziulkoski

CNA – Luciana Cardoso Carvalho

CNT – Ariene Amaral

1 **II – ABERTURA**

2
3 Presidindo a Mesa, o Sr. Carlos Eduardo Gabas (MPS) abriu a 146ª Reunião Ordinária
4 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, desejando bom dia aos
5 Conselheiros. Em seguida, apresentou a delegação do Instituto Nacional de
6 Segurança Social de Moçambique em visita ao Brasil. Enfatizou a satisfação do CNPS
7 em recebê-los. Antes de iniciar os trabalhos, foi entregue aos Conselheiros os
8 Informes de Previdência, volume 20, nºs 5, 6 e 7 referentes respectivamente aos
9 meses de maio, junho e julho de 2008. Além do Boletim Estatístico da Previdência
10 Social, volume 13, nº 7, de julho de 2008, foi distribuído também a Nota Técnica nº
11 058/2008/MPS/SPS/CGEP, de 22 de agosto de 2008 – Evolução da Concessão de
12 Empréstimos Consignados/Setembro de 2004 a maio de 2008, e ainda a planilha
13 elaborada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, na
14 Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade: Total Discricionárias
15 INSS e Administração Pública. Passando à apreciação da ata da 145ª Reunião
16 Ordinária do CNPS, Sr. Presidente indagou quanto à necessidade de proceder à
17 leitura da ata, sendo a mesma dispensada. Colocada em votação, a ata foi aprovada
18 com ressalvas dos Srs. Edmundo Beneditti Filho (Centrape) Jorge Higashino (CNF) e
19 Evandro José Morello (Contag) e da Sra. Maria Júlia Reis Nogueira (CUT).

20 21 22 **III – EXPEDIENTE**

23
24 O Sr. Presidente Carlos Eduardo Gabas (MPS) apresentou a delegação do Instituto
25 Nacional de Segurança Social de Moçambique, composta pelos seguintes membros:
26 Armando Pedro Muiuane Júnior – Presidente do Conselho de Administração; Rogéria
27 da Conceição Muianga – Diretora-Geral do INSS, Pedro Miambo – Diretor de Seguro
28 Social; Mário Madine – Chefe do Departamento Jurídico; Arnovo Vianculos – Chefe do
29 Departamento Jurídico; Alexandre Marrengula – Técnico de Informática; e Alfredina
30 Garcia – Chefe do Departamento de Relações Internacionais. Em seguida, convidou o
31 Sr. Armando Pedro Muiuane Júnior e a Sra. Rogéria da Conceição Muianga para
32 sentarem-se à Mesa junto aos Srs. Conselheiros do Conselho Nacional de Previdência
33 Social – CNPS. Fazendo uso da palavra, o Sr. Armando Pedro Muiuane agradeceu o
34 convite dos CNPS para participar da 146ª Reunião Ordinária e citou que a delegação
35 está no Brasil desde 22 de agosto de 2008 com o objetivo de conhecer o Sistema de
36 Previdência Social do Brasil. A Sra. Rogéria da Conceição Muianga também
37 agradeceu o convite do Conselho e disse que com muito zelo levará para Moçambique
38 as experiências vividas pela delegação no Brasil, além de todo o conhecimento
39 adquirido pela equipe sobre o assunto Sistema de Previdência Social. O Sr. Helmut
40 Schwarzer (MPS) pediu a palavra e ressaltou a honra em receber a delegação do
41 Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique no CNPS, e relatou sobre a
42 colaboração técnica entre os dois países, Brasil e Moçambique, em diversos aspectos,
43 tal como o layout do Seguro Social. Retomando a palavra, o Sr. Presidente Carlos
44 Eduardo Gabas (MPS) rememorou a troca de experiências entre o Brasil e
45 Moçambique e citou o interesse do Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula
46 da Silva em levar a proteção social para fora do Brasil. Também dando as boas-vindas
47 à delegação de Moçambique, se pronunciaram os Srs. Wagner José de Souza (SDS),
48 Epitácio Luiz Epaminondas (Sintap), Jorge Higashino (CNF), Luiz Adalberto da Silva
49 (Cobap) e a Sra. Josepha Theotônia de Brito (Cobap). Com a licença dos Srs.
50 Conselheiros, a delegação do Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique
51 se retirou da sala de reuniões para fazer uma visita ao gabinete do Exmo. Sr. Ministro
52 de Estado José Barroso Pimentel, a convite do mesmo. Relativamente ao tema
53 “empréstimo consignado”, o Sr. Presidente lembrou aos Srs. Conselheiros que a
54 questão relativa a inclusão ou não do Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF no
55 valor máximo da taxa de juros fora discutida na reunião anterior, tendo ficado

56 acordado que o IOF não integra a taxa de juros.. Referindo-se às considerações feitas
57 no GT, a Sra. Josepha Theotônia solicitou que fosse entregue aos membros do CNPS
58 o documento- memória das reuniões do GT realizadas em 11 de julho e 26 de agosto
59 de 2008..pontos importantes discutidos na ocasião.

60

61 **IV – ORDEM DO DIA**

62

63 1 – Crédito Consignado

64

65 O Sr. Helmut Schwarzer (MPS) informou que o documento com o panorama do
66 Crédito Consignado entregue aos Srs. Conselheiros está dividido em cinco pontos
67 importantes: Histórico; O estabelecimento do valor máximo para as taxas de juros;
68 Evolução das Taxas de Juros praticadas pelas instituições financeiras; Taxas Mínimas
69 e Médias praticadas – teto 2,5%; e Estoque de operações de crédito – até maio de
70 2008. Em seguida retirou-se da sala para acompanhar a delegação de Moçambique.
71 Em discussão ao tema do Crédito Consignado, o Sr. Wagner José de Souza (SDS) foi
72 categórico ao afirmar a importância da norma do Crédito Consignado para diminuir a
73 tensão sobre os aposentados que muitas vezes sofriam abusos por parte da família
74 para fazer consignações pelo fato de esses aposentados em alguns casos suportarem
75 financeiramente a família. Pediu a palavra o Sr. Jorge Higashino (CNF) que colocou
76 que na reunião do Grupo de Trabalho ocorrida no dia anterior foram debatidos vários
77 itens sobre o Consignado e ressaltou a importância do Governo em respeitar a
78 proposta dos bancos no sentido de continuar a aplicação da regra aprovada em julho
79 de 2006 pelo Conselho Nacional da Previdência Social, de praticar a avaliação da taxa
80 Selic refletida sobre o teto da taxa de juros consignado INSS. Mencionou que a partir
81 do momento que o Conselho aprovou a regra, deixou-se de discutir o assunto e
82 aceitou-se a deliberação, tendo em vista que uma regra uma vez definida e uma vez
83 concordada não tem que ficar discutindo sua mudança. Citou que é necessário
84 estabelecer um novo teto em razão da variação da taxa SELIC ocorrida a partir de
85 março de 2008, data da definição do último teto, parâmetro em que se baseiam os
86 bancos para a definição das taxas de juros, no entanto, devido à salutar concorrência,
87 vem se verificando a prática de bancos e clientes negociarem taxas de juros de
88 conveniência. Colocou que na reunião do GT posicionou-se de que a liberação do
89 saque não seria conveniente no momento, e que o saque significa empréstimo desde
90 a data do saque no caixa eletrônico até a data do efetivo pagamento com incidência
91 de juros, enquanto que paga-se a fatura do Cartão de Crédito, referente às compras,
92 na data do vencimento sem incidência de juros ou outros encargos. Entende que
93 sendo o limite do cartão de crédito de 2 vezes o valor dos benefícios e os 10% fixos
94 poderão comprometer seriamente essa condição. É verdade houve uma ampliação do
95 prazo para que o montante inicial fosse compatível, mas se o aposentado solicita
96 empréstimo em 60 meses, está pagando parcelas de até 20% do rendimento, se
97 quiser tirar outro empréstimo para utilizar os outros 10%, pelas regras atuais não
98 poderá fazê-lo a não ser que se utilize do cartão de crédito.. Citou ainda que a
99 posição da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF na reunião do
100 Grupo de Trabalho foi de que os aposentados, os pensionistas, enfim, os beneficiários
101 do INSS tenham o mesmo tratamento dos clientes de banco, ou seja, possam ter o
102 direito de fazer a opção que melhor atenda os seus interesses e não ficar restrito à
103 utilização obrigatória d Cartão de Crédito se quiser ter o seu limite consignável de 30%
104 comprometido. O Sr. Eptácio Luiz Epaminondas (Sintap) corroborou que deve ser
105 discutido sobre Crédito Consignado os pontos divergentes, no caso os 30% da
106 margem do consignado, para que sejam resolvidos e não apenas aspectos
107 consensuais como está ocorrendo no CNPS. Com a palavra, o Sr. Luiz Antônio
108 Adriano (Sindnap) ressaltou que a Taxa de Juros de 2,5 é considerada alta e que é
109 importante que seja discutida em níveis inferiores. O Sr. Marco Antônio Reis Guarita
110 (CNI) aludiu-se ao quarto parágrafo da Nota Técnica em que diz que “A partir do dia 1º

111 de junho de 2006, com a publicação da Instrução Normativa nº 6/2006 do Instituto
112 Nacional de Seguro Social – INSS no Diário Oficial da União, passou a vigorar
113 também o teto de 2,9%, relativo às taxas praticadas nas operações de Crédito
114 Consignado para aposentados e pensionistas. Com isso, todas as instituições
115 financeiras que concediam empréstimos consignados ficaram impedidas de operar
116 com taxas de juros superiores a 2,9%” ressaltando que a preservação dessa regra é
117 vital e dá segurança e estabilidade a todos os operadores de sistema em que a taxa
118 se juros Selic vai definir um limite. Pediu a palavra o Sr. Edmund Beneditti Filho
119 (Centrape) que do seu ponto de vista colocou que não existe uma regra clara sobre o
120 Crédito Consignado, e defendeu que o aposentado é alguém que tem plena condição
121 de decidir o que quer pagar em relação aos juros. Fazendo o uso da palavra o Sr.
122 Evandro José Morello (Contag) colocou como dado relevante que 60% dos
123 empréstimos feitos são por pessoas que recebem um salário mínimo. Cede a
124 palavra ao Sr. Jorge Higashino (CNF), relatou para os Srs. Conselheiros que no início,
125 desde a aprovação da Lei nº 10.820, que permitiu a concessão de Crédito Consignado
126 aos aposentados, e no começo quando foi aprovado e implementado consignado para
127 os aposentados, em 2004, os bancos passaram a praticar taxas de juros livres e que
128 somente em junho de 2006, por deliberação do Conselho Nacional da Previdência
129 Social, definiu-se o teto da taxa de juros a ser praticado para empréstimos
130 consignados do INSS e que a sua variação seria de acordo com a variação da taxa
131 SELIC. E destacou que todas as situações têm risco, risco zero não existe. Para
132 finalizar a discussão o Sr. Carlos Eduardo Gabas (MPS) pontuou alguns temas que
133 devem ser aprofundados no próximo debate sobre o Crédito Consignado. Primeiro
134 ponto, a Taxa de Juros a qual o Governo reafirma que não vê necessidade de
135 ampliação tendo em vista que a taxa média é 2,45 e a taxa mínima é 2,20. Colocou
136 como proposta que fique como está a taxa de 2,5. Segundo assunto, Margem do
137 Consignado. Mencionou que é possível estabelecer uma margem de cartão, mas não
138 há possibilidade de se trabalhar ampliação de dinheiro no mercado. Outro tópico a ser
139 discutido seria liberação de saque no cartão. Na continuação, propôs e foi aprovado
140 que o artigo 24 da Instrução Normativa nº 28, de 2008 seja suprimido. O
141 Conselheiro Jorge Higashino solicitou que se para a definição do teto da taxa de juros
142 houve discussão do Governo com os banqueiros que também para qualquer proposta
143 de alteração de regras ou parâmetros haja também discussão do Governo com os
144 banqueiros. Em seguida, o Sr. Presidente findou o assunto e passou para o próximo
145 tema de pauta, a apresentação sobre o Orçamento de Previdência Social 2008, a ser
146 realizada pelo Sr. José Luiz Barros Júnior, Coordenador de Orçamento Da SE-SPOA.
147 A seguir anunciou que o Sr. João Donadon assumirá a presidência da 146ª Reunião
148 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. O Sr. Celecino de
149 Carvalho (DataPrev) pediu a palavra e informou aos Srs. Conselheiros a sua saída,
150 após 23 anos, da Previdência Social a partir do dia 1º de setembro de 2008. No
151 entanto, colocou-se à disposição do CNPS para discutir qualquer assunto relevante
152 relativo à Previdência Social. Em nome da Contag – Confederação Nacional dos
153 Trabalhadores na Agricultura, o Sr. Evandro José Morello agradeceu ao Sr. Celecino
154 de Carvalho (DataPrev) todo o serviço prestado para a instituição em questão.

155

156 II – Orçamento de Previdência Social

157

158 O Sr. José Luiz Barros (MPS) iniciou a explanação sobre o Orçamento de Previdência
159 Social apresentando um cronograma sobre a Proposta Orçamentária para o Exercício
160 de 2009. A seguir expôs a apresentação numérica do processo da administração
161 direta e INSS. Apresentou o assunto em onze quadros, apontados da seguinte forma:
162 Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social, em que o CRPS –
163 Conselho de Recursos da Previdência Social obteve efetivamente ampliação de R\$10
164 milhões; Publicidade de Utilidade Pública em que o CRPS obteve ampliação de R\$4,3
165 milhões; Administração da Unidade e Ações de Informática onde foi obtido pelo CRPS

166 ampliação de R\$6 milhões; DataPrev – em que o CNIS – Cadastro Nacional de
167 Informações Sociais obteve ampliação e R\$23 milhões e Processamento de Dados de
168 Benefícios Previdenciários com aumento de R\$35 milhões; Serviço de
169 Reconhecimento de Direitos Previdenciários com ampliação de 8 milhões; Serviço de
170 Reabilitação Profissional em que alcançou a ampliação de R\$10 milhões;
171 Funcionamento das Unidades Descentralizadas, alcançando ampliação de R\$30
172 milhões; Instalação de Unidades Funcionais do INSS que é uma ação nova que
173 investiu R\$44 milhões; Capacitação de Servidores Públicos em Processo de
174 Qualificação e requalificação que obteve ampliação de R\$41 milhões; Previdência
175 Eletrônica que alcançou aumento de R\$10 milhões; e demais obras: reformulação de
176 APS, reforma do bloco “O”, reformas, adaptações e instalação de unidades com
177 ampliação de R\$24 milhões. Finalizou expondo que se considerando o conjunto de
178 ações que custeiam despesas que envolvem serviços de engenharia, o Orçamento
179 disponível para 2008 totalizou R\$159 milhões. A proposta do INSS para 2009 atingiu o
180 montante de R\$583 milhões, solicitando uma ampliação de R\$424 milhões. E o limite
181 autorizado Pela SOF/MP permitiu contemplar R\$184 milhões, com aumento de R\$25
182 milhões.(??) O Conselheiro Jorge Higashino solicitou informações sobre a sua
183 proposta encaminhada no prazo para que fosse incluído no orçamento da Previdência
184 Social para 2009 um valor referente à remuneração dos agentes pagadores. Diante
185 das explicações de que poderia constar do orçamento da Fazenda, solicitou que tal
186 fato fosse demonstrado, pois, considera importantíssimo o serviço que os bancos vem
187 prestando para pagamento de benefícios, cujo novo modelo foi amplamente discutido
188 entre o INSS e os bancos. Não há como discutir a renovação do contrato de prestação
189 de serviços para 2009 sem que haja valor registrado no orçamento de 2009. Os
190 responsáveis pelo Orçamento ficaram de dar informações concretas ao Sr.
191 Conselheiro. O Sr. Presidente João Donadon (MPS) agradeceu a apresentação e
192 pediu, em nome do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS que o Sr. José
193 Luiz Barros (MPS) prossiga no esforço de ampliação dos valores nas próximas fases
194 de discussão do Orçamento.

195

196

197 **IV – OUTROS ASSUNTOS**

198

199 O Sr. Presidente João Donadon (MPS) definindo a pauta da 147ª Reunião Ordinária
200 do Conselho Nacional de Previdência Social a ser realizada em 24 de setembro de
201 2008, deliberou que a COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e
202 Pensionistas fará a apresentação sobre Política de Expansão de Cobertura. Foi
203 sugerido também que seja novamente assunto de pauta o Crédito Consignado, tendo
204 em vista a necessidade de se concluir pontos relevante do tema.

205

206

207 **VI – ENCERRAMENTO**

208

209 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos,
210 desejando-lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 146ª Reunião
211 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para contar, eu João
212 Donadon, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, lavrei a
213 presente ata. Brasília, 27 de agosto de 2008. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX